



1. Identificação da consulta pública

Período da consulta	Horário			Local	Coordenador da consulta	
8/7 a 10/8/2022	Início:	8h00	Término:	23h59	Portal do TCEES	Donato

2. Objetivo

Oferecer à sociedade a oportunidade de contribuir com a seleção das ações de controle externo a serem realizadas em 2023 pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), por meio da indicação dos dez potenciais problemas públicos mais importantes, em razão de seu impacto na vida da população.

3. Contribuições apresentadas na consulta pública

Descrição da contribuição
a) Na Tabela 1, inclusa no Anexo Único desta ata, são apresentados os votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 ao qual estiver vinculado.
b) Na Tabela 2, inclusa no Anexo Único desta ata, são apresentados os votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por votação.
c) No Gráfico 1, incluso no Anexo Único desta ata, é apresentada a curva de Pareto referente à votação dos problemas públicos na consulta pública.
d) No Quadro 1, incluso no Anexo Único desta ata, é apresentada uma lista das sugestões extras apresentadas na consulta pública.
e) Acompanha esta ata planilha com os dados brutos das contribuições apresentadas.

4. Fechamento da ata

Data da ata	Assinatura do relator
Em 18/8/2022.	<i>(Assinado digitalmente)</i> DONATO VOLKERS MOUTINHO Coordenador da consulta





Anexo Único – Resultados da consulta pública

Tabela 1 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por ODS

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos
01 - Pobreza	Pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema	31	25,62%	2,91%
01 - Pobreza	Pessoas pobres e vulneráveis fora da cobertura de sistemas de proteção social	29	23,97%	2,72%
01 - Pobreza	Pessoas sem moradia	14	11,57%	1,31%
01 - Pobreza	Pessoas com moradia sem acesso a serviços básicos	11	9,09%	1,03%
01 - Pobreza	Pessoas sem garantia de direitos de posse sobre sua terra	3	2,48%	0,28%
01 - Pobreza	Pessoas altamente vulneráveis a desastres econômicos, sociais e ambientais	8	6,61%	0,75%
02 - Fome Zero	Pessoas em situação de subalimentação	18	14,88%	1,69%
02 - Fome Zero	Pessoas em situação de insegurança alimentar	16	13,22%	1,50%
02 - Fome Zero	Crianças em situação de má-nutrição	17	14,05%	1,60%
02 - Fome Zero	Mulheres grávidas com anemia	6	4,96%	0,56%
02 - Fome Zero	Produção agrícola com baixa produtividade	1	0,83%	0,09%
02 - Fome Zero	Pequenos produtores de alimentos com renda insuficiente	6	4,96%	0,56%
02 - Fome Zero	Diversidade genética de sementes, plantas e animais em risco	1	0,83%	0,09%
02 - Fome Zero	Infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e bancos de genes de plantas e animais, precários	3	2,48%	0,28%
02 - Fome Zero	Mercado agrícola com restrições e distorções	1	0,83%	0,09%
02 - Fome Zero	Preços de alimentos com alta volatilidade	13	10,74%	1,22%
03 - Saúde	Mortalidade materna	5	4,13%	0,47%
03 - Saúde	Mortalidade infantil	12	9,92%	1,13%
03 - Saúde	População suscetível a doenças transmissíveis	3	2,48%	0,28%
03 - Saúde	Mortalidade prematura por doenças não transmissíveis	2	1,65%	0,19%
03 - Saúde	Uso nocivo de álcool e abuso de substâncias, incluindo drogas entorpecentes	16	13,22%	1,50%
03 - Saúde	Mortalidade e ferimentos globais por acidentes de trânsito	5	4,13%	0,47%
03 - Saúde	Falta de acesso a métodos modernos de planejamento familiar	8	6,61%	0,75%
03 - Saúde	Gravidez de mães adolescentes	12	9,92%	1,13%
03 - Saúde	Pessoas sem acesso a serviços de saúde essenciais	42	34,71%	3,94%
03 - Saúde	Pessoas sem acesso a medicamentos e vacinas com qualidade e a preços acessíveis	13	10,74%	1,22%
03 - Saúde	Mortalidade e doenças por contaminação e poluição do ar e água do solo e por produtos químicos perigosos	6	4,96%	0,56%
03 - Saúde	Consumo de tabaco	1	0,83%	0,09%
04 - Educação	Meninos e meninas que não completam o ensino primário e secundário	20	16,53%	1,88%
04 - Educação	Crianças e jovens sem o mínimo de proficiência em leitura e matemática	30	24,79%	2,82%
04 - Educação	Crianças sem acesso ou com acesso insuficiente à educação pré-escolar	20	16,53%	1,88%
04 - Educação	Desigualdade no acesso de jovens e adultos à educação técnica, profissional e superior	15	12,40%	1,41%
04 - Educação	Jovens e adultos sem habilidades relevantes para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	11	9,09%	1,03%
04 - Educação	Disparidade de gênero na educação	3	2,48%	0,28%
04 - Educação	Desigualdade no acesso à educação de pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade	6	4,96%	0,56%
04 - Educação	Alunos sem acesso a conhecimento e habilidades necessárias à promoção do desenvolvimento sustentável	7	5,79%	0,66%
04 - Educação	Escolas sem instalações físicas apropriadas	26	21,49%	2,44%
05 - Gênero	Discriminação contra mulheres e meninas	5	4,13%	0,47%





Tabela 1 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por ODS

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos
05 - Gênero	Violência contra mulheres e meninas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos	11	9,09%	1,03%
05 - Gênero	Casamentos prematuros, forçados e de crianças	1	0,83%	0,09%
05 - Gênero	Desvalorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado	3	2,48%	0,28%
05 - Gênero	Desigualdade de participação e oportunidades para mulheres na liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública	2	1,65%	0,19%
05 - Gênero	Pessoas sem acesso a cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva	5	4,13%	0,47%
05 - Gênero	Desigualdade de gênero no acesso à propriedade e/ou controle da terra	0	0,00%	0,00%
05 - Gênero	Desigualdade de gênero no acesso à tecnologias de base	0	0,00%	0,00%
06 - Água Potável e Saneamento	Pessoas sem acesso seguro a água potável	22	18,18%	2,07%
06 - Água Potável e Saneamento	Pessoas sem acesso a saneamento e higiene adequados	39	32,23%	3,66%
06 - Água Potável e Saneamento	Poluição e deterioração da água	9	7,44%	0,85%
06 - Água Potável e Saneamento	Escassez de água	6	4,96%	0,56%
07 - Energia	Pessoas sem acesso regular à eletricidade	7	5,79%	0,66%
07 - Energia	Insuficiência de combustíveis e tecnologias limpas e energias renováveis	3	2,48%	0,28%
07 - Energia	Ineficiência energética	1	0,83%	0,09%
08 - Trabalho	Crescimento insuficiente da economia e/ou da produtividade	6	4,96%	0,56%
08 - Trabalho	Ineficiência econômica	3	2,48%	0,28%
08 - Trabalho	Pessoas em situação de trabalho informal	5	4,13%	0,47%
08 - Trabalho	Pessoas desempregadas	16	13,22%	1,50%
08 - Trabalho	Pessoas com remuneração insuficiente	5	4,13%	0,47%
08 - Trabalho	Trabalho infantil	10	8,26%	0,94%
08 - Trabalho	Trabalho forçado	2	1,65%	0,19%
08 - Trabalho	Mortes e lesões por acidentes de trabalho	2	1,65%	0,19%
08 - Trabalho	Turismo não sustentável	2	1,65%	0,19%
08 - Trabalho	Falta de acesso a serviços financeiros, bancários e de seguros	1	0,83%	0,09%
08 - Trabalho	Comércio não desenvolvido	2	1,65%	0,19%
09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Falta de acesso equitativo a infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente	8	6,61%	0,75%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Baixo desenvolvimento da atividade industrial	5	4,13%	0,47%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Micro e pequenas empresas sem acesso apropriado a serviços financeiros, inclusive crédito	10	8,26%	0,94%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Pequenas indústrias pouco ou não integradas às cadeias de valor e mercados	1	0,83%	0,09%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Indústrias não sustentáveis	2	1,65%	0,19%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Baixa capacidade tecnológica do setor industrial	1	0,83%	0,09%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Baixo acesso às tecnologias de informação e comunicação	3	2,48%	0,28%
10 - Redução das Desigualdades	Alta desigualdade de renda	17	14,05%	1,60%
10 - Redução das	Desigualdade de oportunidades e alta desigualdade de resultados	7	5,79%	0,66%





Tabela 1 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por ODS

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos
Desigualdades				
10 - Redução das Desigualdades	Instituições financeiras frágeis	2	1,65%	0,19%
11 – Cidades	Pessoas sem habitação segura e adequada, a preço acessível e com acesso a serviços básicos	8	6,61%	0,75%
11 – Cidades	Pessoas sem acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível	6	4,96%	0,56%
11 – Cidades	Urbanização e/ou ocupação do solo desordenada	15	12,40%	1,41%
11 – Cidades	Deterioração do patrimônio cultural e natural	6	4,96%	0,56%
11 – Cidades	Mortes e perdas econômicas decorrentes de catástrofes	2	1,65%	0,19%
11 – Cidades	Resíduos sólidos não coletados e gerenciados adequadamente	14	11,57%	1,31%
11 – Cidades	Poluição do ar	8	6,61%	0,75%
11 – Cidades	Falta de espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes	10	8,26%	0,94%
12 – Consumo	Uso não sustentável de recursos naturais	5	4,13%	0,47%
12 – Consumo	Desperdício de alimentos	8	6,61%	0,75%
12 – Consumo	Geração e tratamento inadequado de resíduos perigosos	4	3,31%	0,38%
13 - Clima	Pessoas afetadas pela mudança climática	4	3,31%	0,38%
14 - Vida na Água	Degradação de oceanos e mares	3	2,48%	0,28%
14 - Vida na Água	Pessoas afetadas pela pesca não sustentável	1	0,83%	0,09%
15 - Vida Terrestre	Degradação de ecossistemas terrestres	2	1,65%	0,19%
15 - Vida Terrestre	Perda de biodiversidade	4	3,31%	0,38%
16 - Segurança	Crimes violentos contra a vida (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte)	21	17,36%	1,97%
16 - Segurança	Violência física	2	1,65%	0,19%
16 - Segurança	Violência psicológica	3	2,48%	0,28%
16 - Segurança	Violência sexual	10	8,26%	0,94%
16 - Segurança	Violência doméstica	13	10,74%	1,22%
16 - Segurança	Crimes violentos contra o patrimônio (roubos, extorsão e sequestro)	6	4,96%	0,56%
16 - Segurança	Exploração infantil	6	4,96%	0,56%
16 - Segurança	Tráfico de pessoas	1	0,83%	0,09%
16 - Segurança	Tráfico de drogas	13	10,74%	1,22%
16 - Instituições	Falta de acesso à justiça	10	8,26%	0,94%
16 - Instituições	Crime organizado	10	8,26%	0,94%
16 - Instituições	Corrupção	38	31,40%	3,57%
16 - Instituições	Instituições públicas ineficientes e/ou ineficazes	19	15,70%	1,78%
16 - Instituições	Políticas públicas não eficientes, eficazes ou efetivas	19	15,70%	1,78%
16 - Instituições	Aquisições governamentais ineficientes	15	12,40%	1,41%
16 - Instituições	Instituições públicas não transparentes e/ou falta de acesso à informação	14	11,57%	1,31%
16 - Instituições	Serviços públicos de baixa qualidade	26	21,49%	2,44%
16 - Instituições	Decisões públicas não responsivas, inclusivas, participativas e representativas	9	7,44%	0,85%
16 - Instituições	Pessoas discriminadas	3	2,48%	0,28%
16 - Instituições	Não proteção dos direitos humanos	6	4,96%	0,56%
17 - Meios de Implementação	Receita pública insuficiente para fazer frente aos problemas públicos	5	4,13%	0,47%
17 - Meios de Implementação	Finanças públicas não sustentáveis	11	9,09%	1,03%
17 - Meios de Implementação	Investimentos públicos insuficientes	11	9,09%	1,03%





Tabela 1 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por ODS

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos
17 - Meios de Implementação	Acesso à internet insuficiente	5	4,13%	0,47%
17 - Meios de Implementação	Baixo crescimento econômico	3	2,48%	0,28%
17 - Meios de Implementação	Governança pública deficiente	21	17,36%	1,97%

Tabela 2 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por votação

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos	% Acum.
03 - Saúde	Pessoas sem acesso a serviços de saúde essenciais	42	34,71%	3,94%	3,94%
06 - Água e Saneamento	Pessoas sem acesso a saneamento e higiene adequados	39	32,23%	3,66%	7,61%
16 - Instituições	Corrupção	38	31,40%	3,57%	11,17%
01 - Pobreza	Pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema	31	25,62%	2,91%	14,08%
04 - Educação	Crianças e jovens sem o mínimo de proficiência em leitura e matemática	30	24,79%	2,82%	16,90%
01 - Pobreza	Pessoas pobres e vulneráveis fora da cobertura de sistemas de proteção social	29	23,97%	2,72%	19,62%
04 - Educação	Escolas sem instalações físicas apropriadas	26	21,49%	2,44%	22,07%
16 - Instituições	Serviços públicos de baixa qualidade	26	21,49%	2,44%	24,51%
06 - Água e Saneamento	Pessoas sem acesso seguro a água potável	22	18,18%	2,07%	26,57%
16 - Segurança	Crimes violentos contra a vida (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte)	21	17,36%	1,97%	28,54%
17 - Meios de Implementação	Governança pública deficiente	21	17,36%	1,97%	30,52%
04 - Educação	Meninos e meninas que não completam o ensino primário e secundário	20	16,53%	1,88%	32,39%
04 - Educação	Crianças sem acesso ou com acesso insuficiente à educação pré-escolar	20	16,53%	1,88%	34,27%
16 - Instituições	Instituições públicas ineficientes e/ou ineficazes	19	15,70%	1,78%	36,06%
16 - Instituições	Políticas públicas não eficientes, eficazes ou efetivas	19	15,70%	1,78%	37,84%
02 - Fome Zero	Pessoas em situação de subalimentação	18	14,88%	1,69%	39,53%
02 - Fome Zero	Crianças em situação de má-nutrição	17	14,05%	1,60%	41,13%
10 - Redução das Desigualdades	Alta desigualdade de renda	17	14,05%	1,60%	42,72%
02 - Fome Zero	Pessoas em situação de insegurança alimentar	16	13,22%	1,50%	44,23%
03 - Saúde	Uso nocivo de álcool e abuso de substâncias, incluindo drogas entorpecentes	16	13,22%	1,50%	45,73%
08 - Trabalho	Pessoas desempregadas	16	13,22%	1,50%	47,23%
04 - Educação	Desigualdade no acesso de jovens e adultos à educação técnica, profissional e superior	15	12,40%	1,41%	48,64%
11 - Cidades	Urbanização e/ou ocupação do solo desordenada	15	12,40%	1,41%	50,05%
16 - Instituições	Aquisições governamentais ineficientes	15	12,40%	1,41%	51,46%
01 - Pobreza	Pessoas sem moradia	14	11,57%	1,31%	52,77%
11 - Cidades	Resíduos sólidos não coletados e gerenciados adequadamente	14	11,57%	1,31%	54,08%
16 - Instituições	Instituições públicas não transparentes e/ou falta de acesso à informação	14	11,57%	1,31%	55,40%
02 - Fome Zero	Preços de alimentos com alta volatilidade	13	10,74%	1,22%	56,62%





Tabela 2 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por votação

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos	% Acum.
03 - Saúde	Pessoas sem acesso a medicamentos e vacinas com qualidade e a preços acessíveis	13	10,74%	1,22%	57,84%
16 - Segurança	Violência doméstica	13	10,74%	1,22%	59,06%
16 - Segurança	Tráfico de drogas	13	10,74%	1,22%	60,28%
03 - Saúde	Mortalidade infantil	12	9,92%	1,13%	61,41%
03 - Saúde	Gravidez de mães adolescentes	12	9,92%	1,13%	62,54%
01 - Pobreza	Pessoas com moradia sem acesso a serviços básicos	11	9,09%	1,03%	63,57%
04 - Educação	Jovens e adultos sem habilidades relevantes para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	11	9,09%	1,03%	64,60%
05 - Gênero	Violência contra mulheres e meninas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos	11	9,09%	1,03%	65,63%
17 - Meios de Implementação	Finanças públicas não sustentáveis	11	9,09%	1,03%	66,67%
17 - Meios de Implementação	Investimentos públicos insuficientes	11	9,09%	1,03%	67,70%
08 - Trabalho	Trabalho infantil	10	8,26%	0,94%	68,64%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Micro e pequenas empresas sem acesso apropriado a serviços financeiros, inclusive crédito	10	8,26%	0,94%	69,58%
11 - Cidades	Falta de espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes	10	8,26%	0,94%	70,52%
16 - Segurança	Violência sexual	10	8,26%	0,94%	71,46%
16 - Instituições	Falta de acesso à justiça	10	8,26%	0,94%	72,39%
16 - Segurança	Crime organizado	10	8,26%	0,94%	73,33%
06 - Água e Saneamento	Poluição e deterioração da água	9	7,44%	0,85%	74,18%
16 - Instituições	Decisões públicas não responsivas, inclusivas, participativas e representativas	9	7,44%	0,85%	75,02%
01 - Pobreza	Pessoas altamente vulneráveis a desastres econômicos, sociais e ambientais	8	6,61%	0,75%	75,77%
03 - Saúde	Falta de acesso a métodos modernos de planejamento familiar	8	6,61%	0,75%	76,53%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Falta de acesso equitativo a infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente	8	6,61%	0,75%	77,28%
11 - Cidades	Pessoas sem habitação segura e adequada, a preço acessível e com acesso a serviços básicos	8	6,61%	0,75%	78,03%
11 - Cidades	Poluição do ar	8	6,61%	0,75%	78,78%
12 - Consumo	Desperdício de alimentos	8	6,61%	0,75%	79,53%
04 - Educação	Alunos sem acesso a conhecimento e habilidades necessárias à promoção do desenvolvimento sustentável	7	5,79%	0,66%	80,19%
07 - Energia	Pessoas sem acesso regular à eletricidade	7	5,79%	0,66%	80,85%
10 - Redução das Desigualdades	Desigualdade de oportunidades e alta desigualdade de resultados	7	5,79%	0,66%	81,50%
02 - Fome Zero	Mulheres grávidas com anemia	6	4,96%	0,56%	82,07%
02 - Fome Zero	Pequenos produtores de alimentos com renda insuficiente	6	4,96%	0,56%	82,63%
03 - Saúde	Mortalidade e doenças por contaminação e poluição do ar e água do solo e por produtos químicos perigosos	6	4,96%	0,56%	83,19%
04 - Educação	Desigualdade no acesso à educação de pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade	6	4,96%	0,56%	83,76%
06 - Água e Saneamento	Escassez de água	6	4,96%	0,56%	84,32%
08 - Trabalho	Crescimento insuficiente da economia e/ou da produtividade	6	4,96%	0,56%	84,88%
11 - Cidades	Pessoas sem acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível	6	4,96%	0,56%	85,45%
11 - Cidades	Deterioração do patrimônio cultural e natural	6	4,96%	0,56%	86,01%





Tabela 2 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por votação

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos	% Acum.
16 - Segurança	Crimes violentos contra o patrimônio (roubos, extorsão e sequestro)	6	4,96%	0,56%	86,57%
16 - Segurança	Exploração infantil	6	4,96%	0,56%	87,14%
16 - Instituições	Não proteção dos direitos humanos	6	4,96%	0,56%	87,70%
03 - Saúde	Mortalidade materna	5	4,13%	0,47%	88,17%
03 - Saúde	Mortalidade e ferimentos globais por acidentes de trânsito	5	4,13%	0,47%	88,64%
05 - Gênero	Discriminação contra mulheres e meninas	5	4,13%	0,47%	89,11%
05 - Gênero	Pessoas sem acesso a cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva	5	4,13%	0,47%	89,58%
08 - Trabalho	Pessoas em situação de trabalho informal	5	4,13%	0,47%	90,05%
08 - Trabalho	Pessoas com remuneração insuficiente	5	4,13%	0,47%	90,52%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Baixo desenvolvimento da atividade industrial	5	4,13%	0,47%	90,99%
12 - Consumo	Uso não sustentável de recursos naturais	5	4,13%	0,47%	91,46%
17 - Meios de Implementação	Receita pública insuficiente para frazer frente aos problemas públicos	5	4,13%	0,47%	91,92%
17 - Meios de Implementação	Acesso à internet insuficiente	5	4,13%	0,47%	92,39%
12 - Consumo	Geração e tratamento inadequado de resíduos perigosos	4	3,31%	0,38%	92,77%
13 - Clima	Pessoas afetadas pela mudança climática	4	3,31%	0,38%	93,15%
15 - Vida Terrestre	Perda de biodiversidade	4	3,31%	0,38%	93,52%
01 - Pobreza	Pessoas sem garantia de direitos de posse sobre sua terra	3	2,48%	0,28%	93,80%
02 - Fome Zero	infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e bancos de genes de plantas e animais, precários	3	2,48%	0,28%	94,08%
03 - Saúde	População suscetível a doenças transmissíveis	3	2,48%	0,28%	94,37%
04 - Educação	Disparidade de gênero na educação	3	2,48%	0,28%	94,65%
05 - Gênero	Desvalorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado	3	2,48%	0,28%	94,93%
07 - Energia	Insuficiência de combustíveis e tecnologias limpos e energias renováveis	3	2,48%	0,28%	95,21%
08 - Trabalho	Ineficiência econômica	3	2,48%	0,28%	95,49%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Baixo acesso às tecnologias de informação e comunicação	3	2,48%	0,28%	95,77%
14 - Vida na Água	Degradação de oceanos e mares	3	2,48%	0,28%	96,06%
16 - Segurança	Violência psicológica	3	2,48%	0,28%	96,34%
16 - Instituições	Pessoas discriminadas	3	2,48%	0,28%	96,62%
17 - Meios de Implementação	Baixo crescimento econômico	3	2,48%	0,28%	96,90%
03 - Saúde	Mortalidade prematura por doenças não transmissíveis	2	1,65%	0,19%	97,09%
05 - Gênero	Desigualdade de participação e oportunidades para mulheres na liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública	2	1,65%	0,19%	97,28%
08 - Trabalho	Trabalho forçado	2	1,65%	0,19%	97,46%
08 - Trabalho	Mortes e lesões por acidentes de trabalho	2	1,65%	0,19%	97,65%
08 - Trabalho	Turismo não sustentável	2	1,65%	0,19%	97,84%
08 - Trabalho	Comércio não desenvolvido	2	1,65%	0,19%	98,03%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Indústrias não sustentáveis	2	1,65%	0,19%	98,22%
10 - Redução das Desigualdades	Instituições financeiras frágeis	2	1,65%	0,19%	98,40%
11 - Cidades	Mortes e perdas econômicas decorrentes de catástrofes	2	1,65%	0,19%	98,59%
15 - Vida Terrestre	Degradação de ecossistemas terrestres	2	1,65%	0,19%	98,78%

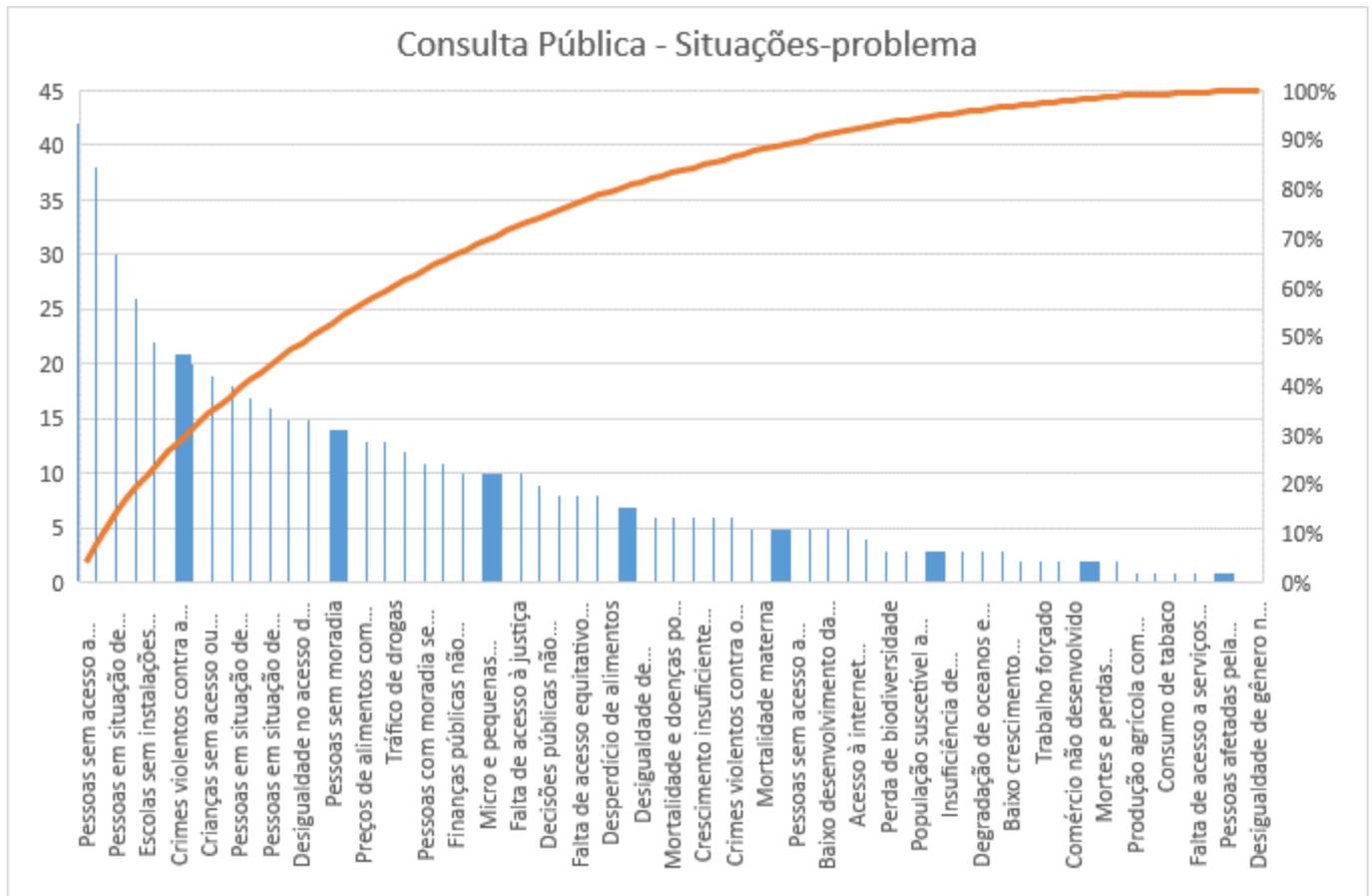




Tabela 2 - Votos recebidos pelos problemas públicos na consulta pública, ordenados por votação

ODS	Problemas públicos	Votos	% Participantes (Votos/121)	% Votos	% Acum.
16 - Segurança	Violência física	2	1,65%	0,19%	98,97%
02 - Fome Zero	Produção agrícola com baixa produtividade	1	0,83%	0,09%	99,06%
02 - Fome Zero	Diversidade genética de sementes, plantas e animais em risco	1	0,83%	0,09%	99,15%
02 - Fome Zero	Mercado agrícola com restrições e distorções	1	0,83%	0,09%	99,25%
03 - Saúde	Consumo de tabaco	1	0,83%	0,09%	99,34%
05 - Gênero	Casamentos prematuros, forçados e de crianças	1	0,83%	0,09%	99,44%
07 - Energia	Ineficiência energética	1	0,83%	0,09%	99,53%
08 - Trabalho	Falta de acesso a serviços financeiros, bancários e de seguros	1	0,83%	0,09%	99,62%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Pequenas indústrias pouco ou não integradas às cadeias de valor e mercados	1	0,83%	0,09%	99,72%
09 - Indústria, Inovação e Infr.	Baixa capacidade tecnológica do setor industrial	1	0,83%	0,09%	99,81%
14 - Vida na Água	Pessoas afetadas pela pesca não sustentável	1	0,83%	0,09%	99,91%
16 - Segurança	Tráfico de pessoas	1	0,83%	0,09%	100,00%
05 - Gênero	Desigualdade de gênero no acesso à propriedade e/ou controle da terra	0	0,00%	0,00%	100,00%
05 - Gênero	Desigualdade de gênero no acesso à tecnologias de base	0	0,00%	0,00%	100,00%

Gráfico 1 - Votos recebidos pelos problemas públicos, curva de Pareto





Quadro 1 - Sugestões extras apresentadas na consulta pública, em ordem alfabética

Sugestões Extras
Ampliação da Terceira Ponte
A atuação do NAC (núcleo de atendimento ao contribuinte) local, que deveria ser a porta de entrada e a verificação da emissão de notas fiscais e receitas dos municípios, na maioria das vezes não tem apoio pela falta de conhecimento das pessoas que lá trabalham, não se tem eficiência e nem um sistema eficaz para cruzamento de dados.
A falta de transparência nas instituições deve ser combatida por essa Corte de Contas, de modo que exista uma parametrização dos relatórios de informações públicas, para que cada ente governamental não faça do seu próprio modo.
A política de aprovação irrestrita, adotada com a finalidade de mascarar os problemas educacionais dos entes estatais, sob a justificativa de manter os estudantes na escola, provocou danos irreversíveis na educação dessas crianças, adolescentes e adultos, além de criar a cultura da irresponsabilidade, causando o desinteresse dos alunos pelos estudos, uma vez que seriam aprovados de qualquer forma. Como resultado dessa política nefasta adotada ao longo dos últimos 20 anos, formamos milhões de analfabetos funcionais irresponsáveis e diplomados, incapazes de exercer com qualidade qualquer atividade que exija habilidades intelectuais medianas. Essa prática persiste nas escolas públicas e particulares do Estado, implementadas por profissionais da educação preguiçosos, certos de sua impunidade e acostumados com o conforto emocional causado pelo aparente benefício concedido aos alunos que não alcançam a proficiência mínima necessária para sua aprovação e para atender as exigências das séries subsequentes, dos cursos superiores e da vida profissional. E tudo isso sem que nenhuma autoridade, entidade ou órgão público se insurja de maneira eficaz em defesa dos alunos, verdadeiras vítimas dessa atrocidade. Dessa forma, sugiro uma ação de controle que avalie uma amostra de alunos de diversas escolas públicas, identificando suas deficiências educacionais e levantando seu histórico escolar, de maneira a identificar as origens dessas deficiências e promover as ações necessárias à adequação desses procedimentos no âmbito das escolas públicas do ES.
A poluição ambiental, em todas as suas formas, deve ser uma preocupação dessa Corte de Contas. Ausência de saneamento básico, indústrias poluidoras e má prestação dos serviços públicos de coleta e tratamento de resíduos sólidos, são alguns dos problemas que temos. O TCE-ES deve fomentar campanhas de sustentabilidade, e criar índices que medem a efetividade na prestação dos serviços públicos, no âmbito dos municípios. Alguns exemplos: indicador de atendimento, indicador de efetividade, indicador de eficácia, indicador de segurança/qualidade e indicador de eficiência. Instituir um programa estadual de Gestão da Qualidade dos Serviços Públicos é uma necessidade de qualquer local que pretende tornar-se desenvolvido. Engenheiros de produção e analistas de dados podem contribuir muito com essa meta.
Acesso acessível urbano para os PCD.
Acesso aos moradores dos bairros a locais de descarte de resíduos recicláveis (de preferência em cada bairro).
Acesso irregular no serviço público, por meio de fraude em concurso, por exemplo.
Acesso público de Internet para alunos de comunidades carentes (tipo bibliotecas públicas com computadores para trabalhos e pesquisas, próximos aos bairros).
Acesso tecnologia via certificado.
Administração dos recursos financeiros na Educação.
Admissão irregular de pessoal ao serviço público.
Ampliação da rede estadual de ensino, contra a municipalização do ensino.
Aquaviário.
Atenção e orientações as micro e pequenas empresas do estado do Espírito Santo como venderem para os órgãos Públicos. Na visão da nova lei de licitações. Ex: dispensa eletrônica com disputa.
Atuação efetiva do Conselho Tutelar dentro das escolas (ato falho atualmente).
Auditoria pública independente.
Aumentar o número de defensores e fortalecer ainda mais a defensoria para que todas as pessoas pobres tenham acesso à justiça.
Ausência de recursos específicos para a política de enfrentamento à violência contra a mulher.
Autonomia do controle interno.
Avaliação da inércia dos gestores na adoção de medidas para atendimento das recomendações dos controles internos municipais.
Baixa qualidade no atendimento hospitalar.
Benefício para MEI.
Benefício para os autistas.
Benefícios fiscais - falta de transparência.
Canal ouvidoria anônimo do TCE-ES.





Quadro 1 - Sugestões extras apresentadas na consulta pública, em ordem alfabética

Sugestões Extras
Capacitações para os órgãos públicos estaduais e municipais quanto a aplicabilidade da Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, principalmente na parte de aplicabilidade, uso e parte prática, execução.
CIEE, em cidades com menos de 50.000 habitantes.
Combater a Fake News.
Como servidora pública, sinto que faz muita falta a presença física do TCE-ES (auditores) no Município. A administração tinha mais medo e consequentemente, respeitada mais a legislação e temia o que era dito pela população aos Auditores. Principalmente, os auditores da área de engenharia.
Concurso público. Muitas vezes, os municípios não têm servidores capacitados para atuar, principalmente em questões relacionadas ao meio ambiente. Logo se faz necessário atuação para fortalecer o quadro funcional das prefeituras com concurso ao invés de cargos comissionados ou contratos temporários.
Consórcio Público - controle insuficiente
Contratações de shows e eventos
Contratar militares da reserva remunerada para fazer a segurança em órgãos públicos. O Governo gasta mais de 100 milhões de reais com empresas de segurança privada, isso é um absurdo. O valor pago para 1 vigilante é quase 2 vezes o que seria gasto com um militar, desta forma, quase 50 milhões de reais em economia e poderiam ser gastos com novos servidores, sendo assim, o estado iria prestar um serviço de maior qualidade na saúde, educação e segurança pública.
Controle interno e o descumprimento da obrigação de comunicação das irregularidades encontradas aos órgãos de controle externo.
Controle interno não estruturado e sem normas que definam de forma clara e precisa as atividades de controle.
Cooperativas ambientais.
Creches insuficientes.
Crianças fora da escola, suscetíveis a criminalidade.
Demora no atendimento de ouvidorias.
Desastre humano ambiental.
Desigualdade, fome e educação são questões essenciais a serem superadas.
Destinação do lixo de muitos municípios, como Mantenópolis, vai para Vitória, sendo que Colatina tem o CETREU. Gastos elevados. Em outros momentos, esse assunto já foi alvo de investigações no estado.
Diretrizes da OMS para qualidade do ar.
Duplicação da BR 101 Norte.
E que haja atenção e punição para a empresa que deixa fios pendurados e embolados deixando os bairros feios e perigosos no trânsito de veículos e pedestres.
Em decorrência do fechamento das escolas em 2020 e 2021, por determinação do governo do ES, milhares de jovens e crianças foram alijadas do ambiente escolar sem que suas residências fossem dotadas de condições adequadas para o desempenho de atividades de ensino à distância. Como resultado trágico dessas decisões sem lastro científico, associado ao já histórico efeito da política de aprovação compulsória adotada no ES, os estudantes passaram a apresentar deficiências gravíssimas no seu desempenho escolar. Para fazer frente a esses efeitos, o governo federal transferiu recursos aos estados e municípios e ofereceu acesso a ferramentas educativas digitais por meio de um programa destinado a implementar um processo de recuperação de aprendizagem dos alunos. Esse processo de recuperação depende, para sua adequada realização, de uma prévia avaliação diagnóstica à distância e da subsequente aplicação dos conteúdos em que tiverem sido identificadas as deficiências mais relevantes. Essa aplicação dos conteúdos deficitários, no entanto, ocorre durante as aulas normais, concorrendo com os conteúdos curriculares estabelecidos para a séries cursadas pelos alunos, o que possivelmente comprometerá ambos os conteúdos aplicados. Sugere-se, dessa forma, que os procedimentos adotados por uma amostra de escolas públicas sejam avaliados, visando verificar sua aderência à metodologia estabelecida no programa, e que sejam avaliados os resultados práticos do programa na aprendizagem de uma amostra dos alunos.
Especulação imobiliária e crescimento sem planejamento estão transformando áreas rurais em favelas sem infraestrutura, agravando a falta de água.
Estabilizar o preço de alimentos.
Estrutura do Estado - denúncias - o fato de sermos obrigados a nos identificar (TCE-ES) nas denúncias, inibe a execução das coisas que acontecem fora da legalidade e/ou somos coagidos a fazer. Servidor não fará denúncias identificadas, correndo o risco de sofrer perseguição,





Quadro 1 - Sugestões extras apresentadas na consulta pública, em ordem alfabética

Sugestões Extras
sem falar dos códigos de ética que algumas prefeituras possuem.
Estrutura do Estado - serviços de baixa qualidade (falta treinamento de pessoal, valorização após aperfeiçoamento e estrutura física adequada).
Estrutura do Estado - superfaturamento em obras públicas (obras caras e mal executadas e com fiscais de contrato sem nenhuma experiência com obras ou processos administrativos, sequer sabem da responsabilidade que têm).
Estrutura física e de recursos humanos dos serviços.
Evitar o desperdício de comidas nas escolas. A sobra é jogada no lixo, deveria distribuir em comunidades onde é grande a fome.
Excesso de cargos comissionados por compra de votos dos políticos de Apiacá/ES.
Exigência de funcionários capacitados nas aplicações de verbas públicas nos município capixabas como para as emendas parlamentares.
Falta de eficiência e eficácia do MPESV na tratativa das questões ambientais.
Falta de solução no atendimento de ouvidorias.
Falta de vergonha na cara dos políticos de Apiacá/ES.
Fazer concursos públicos.
Fim do uso de cavalo/burro como meio de tração. Há maus tratos nessa atividade.
Fiscalização contínua e independência das instituições de controle externo. Dados abertos. Lei de Acesso à Informação. Menor interferência do Poder Legislativo no órgão. Menos nomeações políticas. Mais nomeações técnicas. Proibição de uso político-partidário da instituição para derrubar adversários. Ética. Honestidade. Controle. Austeridade.
Fiscalização da utilização do Fundo Soberano do Espírito Santo.
Fiscalização das licitações dirigidas.
Fiscalização das obras públicas.
Fiscalização das verbas recebidas, a título de fundos de financiamento para campanhas eleitorais. O problema do caixa 2, que muitas vezes tem dinheiro desviado sob a rubrica de serviços públicos não prestados à população, merece a atenção do TCE-ES. Os diretórios estaduais dos partidos políticos, precisam prestar contas do dinheiro recebido, para que possa haver efetividade no combate à corrupção.
Fiscalização de obras inacabadas que acabam consumindo recurso público sem oferecer benefícios para os municípes.
Fiscalização de obras urbanas e rurais.
Fiscalização dos contratos guarda-chuva de obras.
Fiscalização dos supersalários dos servidores públicos.
Fiscalização nos projetos estruturantes de valores vultuosos.
Fraudes licitatórias.
Gostaria de reforçar a necessidade de medidas mais rígidas e eficazes quanto à segurança, abrangendo todos os eixos. Infelizmente estamos cada mais inseguros, sujeitos a todos os tipos de crimes e, em muitos casos, as forças de segurança pouco contribuem ou agem de maneira correta. Outro ponto a ser destacado é sobre a atuação das policias, civil principalmente, em situações de roubo e em que os Boletins de Ocorrência são emitidos, que em muitos casos demoram meses a receber uma solução (quando recebem).
Hospital Geral de Cariacica.
Imigrantes pela mudança climática.
Intolerância e violência contra pessoas de orientação sexual diversa.
Investir em políticas públicas para o bem estar da sociedade.
Maior acesso a exames, consultas para a população carente.
Maior atuação dos órgãos públicos no descumprimento de deveres dos servidores públicos, entre eles, vereadores e deputados.
Maior fiscalização em cima de shows contratados pela Administração Pública.
Mais fiscalização, principalmente em locais que são administrados por pessoas que já ficaram inelegíveis, inclusive dentro do MP, que processos tramitam apenas após o final do mandato dos gestores públicos.
Medidas relativas à saúde dos servidores públicos e o assédio moral no local de trabalho.





Quadro 1 - Sugestões extras apresentadas na consulta pública, em ordem alfabética

Sugestões Extras
Meios de ajudar a população superendividada, havendo um controle maior dos juros cobrados nestas financeiras particulares ou ofertar crédito as pessoas mais pobres com juros baixos.
Ministério Público de Apicá/ES, [trecho suprimido].
Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Monitoramento do IEMA quanto à informação da determinação das taxas de deposição de poeira sedimentável, face ao processo de "monitoramento de poeira sedimentável" e a inadequação do sistema de coleta manual.
Moralização da política e das carreiras públicas é o que os brasileiros esperam. O TCE-ES deve ser composto de um quadro mais técnico que político, e o dever de casa deve ser feito dentro da própria instituição. Órgãos de controle externo devem ter em seus quadros de pessoa, profissionais com habilidades e formação específica, como: contadores, advogados, engenheiros e profissionais de TI. Agentes políticos no órgão, sobretudo àqueles sem formação, são completamente dispensáveis. Abrir concurso público é uma das aspirações da sociedade capixaba para com todos os órgãos públicos.
Na próxima pesquisa permitir mais de 10 opções.
O estado precisa disponibilizar aos presos tratamento para se livrar das drogas dentro do próprio presídio, ou em clínicas.
O TC deve combater a corrupção, fiscalizando as ações <i>in loco</i> , especialmente as obras e a ganância com festas, que beneficia poucos e prejudica a saúde e educação.
O TC deve cumprir o seu papel de órgão auxiliar de fiscalização, fiscalizando <i>in loco</i> as obras e demais ações dos municípios e estado.
Obras paralisadas, tem que haver um prazo para retomada das obras, quando volta o preço e de uma outra obra nova, e como deteriorou a obra parada, pede aditivo e um problema que o povo paga.
Obras públicas, projetos mal feitos, aí licita e pede aditivo da obra, falta maior controle nesse sentido, instrução de projeto.
Observância do percentual de cargos comissionados para servidores efetivos.
Os equipamentos e veículos adquiridos pelo estado e repassado aos municípios, caminhões, máquinas, ambulâncias foram muito mais vantajosos pela economia, transparência e eficiência. Uma vez que, se houve o repasse de recursos, não se compraria com a mesma qualidade, economia e eficiência.
Os problemas do município, em muitos casos, são decorrentes da ineficiência da gestão pública. O tribunal poderia agir mais, cobrando uma administração responsável dos recursos públicos, objetivando conter, evitar o colapso, antes de acontecer o afundamento das contas públicas, cobrando das câmaras municipais que executem o seu verdadeiro papel de fiscalização, inclusive o TC poderia voltar a fazer as visitas nas prefeituras, cobrando também mais dos controles internos. Infelizmente, em muitos casos, o que acontece são trocas de favores políticos com vereadores, oferecimento, promessas de empregos, cargos importantes ocupados por pessoas comissionadas, o que prevalece é o famoso cabide de empregos, tudo contribui para a irresponsabilidade.
Outro ponto que precisa de reforço e grande análise é a questão da contratação de servidores. Muitas instituições tem deixado a desejar em seus processos seletivos, sendo processos muito rasos, pouco transparentes (ou de difícil acesso às publicações e trâmites).
Participação do Estado e prefeituras com apoio financeiro e acordos para atividades, junto às ONGS que atuam nas comunidades carentes.
Pena de morte pra já.
Política de Diretrizes da Saúde & Meio Ambiente.
Políticas para o desenvolvimento de empresas dando oportunidade de emprego.
Políticas públicas de controle de animais domésticos abandonados. Campanhas de castração de cães e gatos.
Políticos corruptos.
Possibilidade de parceria entre Prefeituras e protetores de animais.
Poucas bibliotecas acessíveis. As escolas até possuem biblioteca, mas na maioria os alunos não podem frequentar e nem levar os livros para casa.
Poucas UPAS.
Poucos médicos nas UBS.
PPI (programação pactuada integrada) hoje mais conhecida como PGASS, e a pactuação que os municípios fazem dos recursos de custeio do MAC (média e alta complexidade) onde os municípios de referência nas regiões são responsáveis pela sua aplicação, onde todos os anos sobra recursos para realização de cirurgias etc. Como, por exemplo, Colatina ainda tem recursos dos municípios da regional que devem ser gastos com internações, CTI, do Covid. Assim como outros para cirurgias. Isso não fica transparente para os municípios saber quanto que se tem e quanto se pode gastar, e o que sobra a aplicação.





Quadro 1 - Sugestões extras apresentadas na consulta pública, em ordem alfabética

Sugestões Extras
Preservação da fauna e flora.
Preservação do recursos hídricos.
Prisões para pais ausentes.
Programa de acolhimento com ampla oferta de psicólogos para as mulheres vítimas de violência doméstica.
Programas para tirar jovens e adolescentes das drogas.
Racismo e discriminação racial no trabalho, escola e sociedade em geral.
Reduzido número de serviços especializados ou profissionais qualificados para o atendimento.
Reincidir contratos temporários. O estado gasta milhões de reais com ações na justiça por causa da cobrança judicial de FGTS dos contratados. O Judiciário possui centenas de milhares desse tipo de demanda judicial, que poderiam não existir se não houvesse tantos DTs, trabalhando neste tipo de contratação precária, a CF está sendo ferida de morte por causa desses contratos que se tornaram uma regra aqui no estado, devendo ser uma exceção.
Roubos e crimes políticos em Apiacá/ES.
Saneamento básico.
Saneamento básico - principalmente tratamento de esgoto doméstico. A maioria dos municípios do estado e muitos locais na Grande Vitória não tem rede de coleta e tratamento de esgoto. Há localidades em que o município faz a coleta mas não faz o tratamento do esgoto, lançando <i>in natura</i> no corpo hídrico causando sua degradação.
Servidores públicos sem formação adequada.
Sistema de Controle Interno ineficaz, em que as análises de economicidade, conformidade e cumprimento das metas e programas estatais não são realizados.
Sugiro como tema de auditoria do TCE, que pode se enquadrar no tópico "Meios de Desenvolvimento - Governança Pública Deficiente", as contratações irregulares de pessoal associada a rotatividade de servidores. Pois há um grande desperdício de recursos públicos na capacitação de servidores, contratações de empresas de assessoria e consultoria que são dispensados a cada quatro anos na troca de gestores. Assim, o serviço público perde na qualidade dos serviços e na continuidade das políticas públicas.
Sustentabilidade.
Terceirização de atividade fim estatal.
Transparência no contrato do transporte escolar municipal e com estado.
Transporte escolar
Transporte Escolar: os valores repassados para os municípios são diferentes, muitas vezes, injustos, como, por exemplo, Vila Velha, que é plano, ter um repasse por aluno maior do que um município que tem elevações como São Roque do Canaã, Governador Lindenberg, Alto Rio Novo, que no final esses municípios menores têm que pagar um complemento aos alunos do estado. Ex: o valor por quilômetro em uma linha compartilhada custa 5 reais para cada aluno, o aluno do município é pago a sua totalidade o aluno que estuda na escola estadual e vem no mesmo carro o estado repassa 4 reais aí o município tem que completar com mais 1 real para transportar o aluno que pertence ao estado.
Transporte público acessível para todos.
Tratamento dado às denúncias anônimas pelos órgãos públicos.
Uma fiscalização mais firme na aplicação do dinheiro público nos municípios.

